

MERCADO E CAPITALISMO: UM EXCURSO A PARTIR DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS RECENTES¹

Valdir Iusif Dainez

RESUMO: O objetivo deste artigo é rediscutir, a luz das experiências que o século XX nos proporcionou, as duas principais teorias sobre o papel do mercado no capitalismo. O que se argumenta é que diante das modificações pelas quais passa o capitalismo a partir do final do século passado e a partir da experiência do planejamento em economias “socialistas” é preciso rediscutir tanto a teoria marxista, quanto a neoclássica quanto a questão do papel do mercado.

PALAVRAS CHAVES: Mercado; Capitalismo; Planejamento, Intervenção do Estado.

Muitos autores já disseram que os momentos de crise são os mais propícios para se apreender certas características do sistema social que só se mostram, em todas as suas nuances e implicações, em momentos críticos. Esse parece ser o caso ao se procurar conceituar corretamente o papel do mercado no capitalismo, ou em qualquer sistema industrial complexo (como o “socialismo real”).

Os acontecimentos que marcaram o atual século colocaram em xeque duas convicções distintas e mutuamente excludentes, o livre mer-

¹ Trabalho de conclusão da disciplina HS-852 - Leituras Dirigidas em Sociologia I, ministrada pelo Prof. Dr. Josué Pereira da Silva.

cado e o planejamento enquanto formas puras de orientação da produção social e enquanto instrumentos de maximização do desenvolvimento econômico e social. Isso, no entanto, não é tranqüilamente reconhecido por grande parte dos pensadores sociais que se apegam a uma ou outra dessas formas puras de orientação da produção como verdadeira panacéia. Os defensores do liberalismo não reconhecem que a crise de 1929/33 foi funcional no sentido de mostrar todas as limitações e contradições que o livre mercado produz e os adeptos do planejamento puro, por sua vez, não admitem que a crise do “socialismo real” também foi rica em apontar as limitações do planejamento, bem como que nos proporcionou entender melhor o papel que o mercado cumpre sob o capitalismo. Na verdade, parece que da crise do “socialismo” ao invés de se aproveitar as lições positivas que ela nos poderia proporcionar, seja como forma de se repensar uma sociedade melhor, seja como forma de se repensar o papel do mercado sobre o capitalismo, só serviu como instrumento de revigoração do liberalismo, num contexto em que as sociais-democracias são minadas pelo aprofundamento da internacionalização do capital produtivo e improdutivo.

Nesse momento, em que fracassam todas as tentativas de se opor ao capitalismo limites e/ou políticas compensatórias às contradições que seu desenvolvimento por todo globo gera, torna-se premente rediscutir questões que já achávamos resolvidas, tanto porque as respostas a estas questões, à luz dos novos acontecimentos históricos revelaram-se parciais, como também porque a dinâmica do próprio capitalismo já não é mais a mesma daquela sobre a qual se debruçaram a maioria dos grandes pensadores das Ciências Sociais.

O que este artigo propõe é, a luz das experiências que o século XX nos proporcionou, procurar avaliar as duas principais teorias sobre o papel do mercado no capitalismo.

1. O MERCADO NA TEORIA

Como já é quase lugar comum nas Ciências Sociais, desde as obras de Adam Smith, o mercado tem uma ligação bastante estreita com a divisão do trabalho. Em Smith, no entanto, divisão do trabalho e mercado estão duplamente relacionados: por um lado, a troca origina a própria divisão do trabalho na medida em que uma pretensa “propensão à troca”, atributo imanente a espécie humana, dá origem a especialização,² por outro, é a própria extensão do mercado que permite a especialização individual e, portanto, a divisão do trabalho.³ Portanto é, segundo Smith, por o homem ser dotado de razão que ele pode se relacionar socialmente com outros homens através da troca. A troca, por seu turno, ao impor um contato social aos indivíduos isolados dá origem à própria sociedade capitalista: “Assim sendo, todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial” (Smith, 1988:31).

² Quanto a questão da origem da divisão do trabalho, assim Smith se referiu em dois escritos distintos: “A divisão do trabalho origina-se do que constitui uma inclinação natural do homem, ou seja, da tendência a efetuar trocas com seus próprios semelhantes, tendência que se mostra comum a todos os seres humanos e que é desconhecida em qualquer outro animal” (Smith, 1985: 181); “Essa divisão do trabalho, (...) é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra. Não é nossa tarefa investigar aqui se essa propensão é simplesmente um dos princípios originais da natureza humana, sobre o qual nada mais restaria a dizer, ou se – como parece mais provável – é uma consequência necessária das faculdades de raciocinar e falar.” (Smith, 1988:24).

³ “Como é o poder de troca que leva à divisão do trabalho, assim, a extensão dessa divisão deve sempre ser limitada pela extensão desse poder ou, em outros termos, pela extensão do mercado. Quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode sentir-se estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação, porque não poderá permutar toda parcela excedente de sua produção que ultrapassa seu consumo pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade.” (Smith, 1988:27).

Num estágio inferior de desenvolvimento social, do qual Smith parte em sua análise, cada produtor, proprietário de seus próprios meios de produção, encontra-se isolado dos demais dentro de sua especialização produtiva. É somente na circulação da produção que se estabelece a relação social entre os produtores, onde cada um se beneficia do grau de produtividade que todos tiverem atingido na divisão do trabalho. Ao reportar sua análise ao capitalismo, Smith argumenta que o que é específico ao capitalismo é o fato de que o capital, ao pôr ao seu comando um certo número de trabalhadores, os provê com os meios de subsistência necessários e lhes possibilita utilizar as melhores máquinas, em outras palavras, o capital é o meio pelo qual se potencializa a divisão do trabalho possibilitada pela troca. Providos dos meios de subsistência, aos quais os trabalhadores isolados só poderiam obter após a venda do produto de seus trabalhos, e utilizando-se de máquinas, o capital possibilita uma melhor distribuição do trabalho social e um incremento na produtividade do trabalho (Napoleoni, 1977: 19/31).

Para Smith, portanto, o capitalismo nada mais é que a realização da própria natureza humana, objetivação social da “propensão à intercambiar”. Para completar o quadro da sociedade que ele tem em mente falta-nos ainda agregar mais um traço específico a natureza humana: o egoísmo.

Para Smith, um dos traços específicos da natureza humana é o egoísmo. No entanto, o egoísmo humano, longe de levar, como em Hobbes, a sociedade à desagregação, é ele o elemento fundante da própria sociedade comercial. Desde que um indivíduo, na procura de seus interesses egoístas, não impeça aos demais a obtenção dos seus próprios interesses – o que deve ser garantido pelo Estado –, a busca do interesse pessoal gera benefícios para todos (Napoleoni, 1985).

Para precisar a maneira pela qual as atitudes egoístas individuais se transformam em virtude coletiva segundo a teoria de Smith, faz-se necessário primeiro precisar seu conceito de riqueza nacional, sua preocu-

pação central ao escrever “A Riqueza das Nações” em 1776. Smith definiu a riqueza nacional como o produto *per capita* resultante do trabalho produtivo da nação. Este produto, por seu turno, depende das forças produtivas do trabalho e da proporção entre trabalhadores produtivos e trabalhadores improdutivos. Segundo ele, o mais importante desses dois determinantes do produto nacional é a força produtiva do trabalho, o qual depende, por sua vez, da divisão do trabalho: “O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações. Conforme, portanto, essa produção, ou o que com ela se compra, estiver numa proporção maior ou menor em relação ao número dos que a consumirão, a nação será mais ou menos bem suprida de todos os bens necessários e os confortos de que tem necessidade. Essa proporção deve em cada nação ser regulada ou determinada por duas circunstâncias diferentes; primeiro, pela habilidade, destreza e bom senso com os quais seu trabalho for geralmente executado; em segundo lugar, pela proporção entre o número dos que executam trabalho útil e o dos que não executam tal trabalho. (...) a abundância ou escassez de bens de que a nação disporá parece depender mais da primeira das duas circunstâncias mencionadas do que da segunda. (...) o maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho” (Smith, 1988: 11 e 17).

Numa sociedade em que a divisão do trabalho já se impôs e que portanto um indivíduo só pode prover suas necessidades pela troca, e que o capital já é uma realidade desenvolvida, os capitalistas se esforçarão em aplicar seus capitais de maneira mais eficiente naqueles setores onde a taxa de lucro é maior. Cada capitalista ao assim proceder, visando unicamente seus próprios interesses, estará maximizando a oferta de seus

produtos à sociedade e, ao mesmo tempo, estará em condições de se apropriar dos excedentes dos demais indivíduos. Em outros termos, cada indivíduo ao procurar seu próprio interesse estaria, inconscientemente, promovendo o bem geral, ou seja, incrementando as forças produtivas do trabalho e, com ela, a riqueza nacional. Em suas palavras: “Todo indivíduo empenha-se continuamente em descobrir a aplicação mais vantajosa de todo capital que possui. Com efeito, o que o indivíduo tem em vista é sua própria vantagem, e não a da sociedade. (...) Ora, a renda anual de cada sociedade é sempre exatamente igual ao valor de troca da produção total anual de sua atividade, ou mais precisamente, equivale ao citado valor de troca. Portanto, já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. (...) e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por [uma] mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções” (Smith, 1988: 64/65).

É importante frisar que o mecanismo que garante o processo acima descrito é a concorrência entre os capitais na busca da maior taxa de lucro. E, ademais, o que impele os capitais a se deslocarem de um setor de atividade a outro são as flutuações dos preços de mercado em redor do preço natural (valor),⁴ que expressam, em última instância, as condições da oferta e demanda pelas várias mercadorias (Smith, 1988). Quan-

⁴ Não é possível aqui discutir a interessante questão do valor em Adam Smith, basta apontar que sua teoria do valor chega a um resultado negativo. Sob o capitalismo, afirma Smith, o valor é igual a soma das taxas naturais de salário, mais lucro, mais renda da terra. Não obstante, como estas três grandezas são também, por seu turno, valores, chegamos a uma conclusão destituída de sentido: são os valores que determinam os valores. Veja-se a respeito as duas já citadas obras de Cláudio Napoleoni.

do o Estado, ou qualquer outro tipo de instituição ou estrutura, interfere no livre funcionamento da “mão invisível do mercado”, o resultado é que os capitais são artificialmente desviados daqueles empregos naturais, diminuindo a renda e a produção do país. Na medida em que Smith rechaça a intervenção do Estado na economia, por ser danosa ao bem-estar geral, ganha o liberalismo sua primeira formulação orgânica (Smith, 1988).

Em resumo, poderíamos afirmar o seguinte: “A troca realiza, pois, em Smith uma função integradora, unificadora. Ela sociabiliza os indivíduos isolados na produção, através de umnexo externo (o mercado) e torna possível a vida social. Por consequência, o grau de sociabilidade com que se relacionam os indivíduos depende da extensão do próprio mercado (locus onde se realizam as trocas); deste modo, estender e ampliar este último significa o mesmo que ampliar a sociabilidade. Por isso, qualquer ato ou política que venha limitar a extensão do mercado é um ato contrário àquilo que Ricardo chamou de ‘sociedade universal das nações’” (Guedes, 1993: 82).

Esta visão extremamente otimista de Adam Smith com relação ao mercado foi aprofundada e aprimorada por David Ricardo. Ricardo, a partir de algumas formulações de Smith e da sistematização e aprimoramento de um conceito elaborado por Jean Baptiste Say – a “lei dos mercados” segundo a qual “a produção cria seus próprios mercados” (Say, 1986) –, erigirá a base sobre a qual todo liberalismo, até hoje, se assenta. Se em Say a “lei dos mercados” não passava de um princípio despretenso, não sistematizado e não explorado em todas suas implicações, Ricardo transformou-o em verdadeiro dogma da economia política, propriamente em uma “lei”, a “lei de Say”, como passaria a ser conhecida.

Para elaborá-la, Ricardo parte da constatação trivial, já percebida por Say, de que a produção gera um fluxo de renda de igual intensidade, que se divide entre salários e lucros, em outros termos, que a produção gera um poder de compra suficiente para realizá-la. É claro que se não há entesouramento de parte dos rendimentos gerados no processo produ-
ti-

vo, toda produção será vendida sem uma queda de preços. Para afirmar, todavia, que não pode haver entesouramento líquido na economia Ricardo tem que fazer as seguintes suposições: a) a única função do dinheiro é servir de meio de troca; b) a demanda global é ilimitada; c) toda poupança (no sentido de não gasto de uma parte dos rendimentos gerados no processo produtivo) é investida. Aceitando-se estes pressupostos, é claro que o resultado é uma igualdade *ex ante* entre oferta e demanda, o que implica que na economia capitalista são impossíveis crises de superprodução, já que toda produção encontra um mercado (Ricardo, 1951).

A partir de Ricardo e John Stuart Mill, a “lei de Say” é incorporada pela teoria neoclássica, embora com algumas modificações marginais. Com os economistas neoclássicos esta seria a pedra fundamental do liberalismo econômico, uma vez que, desde que o Estado não interfira, a “mão invisível do mercado” conduziria a economia a um ponto de ótimo econômico, a um equilíbrio de pleno emprego dos fatores de produção (Miglioli, 1981 e Possas, 1987). Embora muitos dos pressupostos do liberalismo econômico, incluso os pressupostos da “lei de Say”, não se verificassem na prática e embora a realidade capitalista fosse marcada por crises de produção, desemprego e subutilização de capacidade produtiva, a teoria neoclássica foi dominante até a Grande Depressão de 1929/33. Por que? Porque: “Uma teoria que excluía a superprodução geral fazia o sistema capitalista parecer capaz de funcionar com plena utilização dos recursos produtivos e apresentava as flutuações cíclicas da economia como fricções insignificantes. (...) Dito de outro modo, a Lei de Say era um dogma servindo de apoio aos fundamentos do capitalismo...” (Kalecki, 1980: 41).

A contraposição a esta visão otimista do mercado que se desenvolveu de Pierre de Le Pessant até os economistas neoclássicos coube a Karl Marx. Para ele, a sociedade mercantil não é um processo natural, mas consequência da perda do caráter social do trabalho humano. Em qualquer sociedade mercantil, embora os produtores de mercadorias

produzam um objeto social, manifestação da divisão social do trabalho, no exercício de sua própria atividade produtiva encontram-se isolados. É só no mercado, através da troca dos produtos dos trabalhos privados, que os produtores se relacionam socialmente, ou seja, a relação social propriamente dita só se processa mediante um vínculo material externo, independente dos próprios produtores e que os subordina. Dessa forma, portanto, é a própria troca que dá origem à sociedade (Napoleoni, 1977). Em suas palavras: “Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Como os produtores só entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro desta troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seu próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas” (Marx, 1988:71).

A sociedade mercantil, assim, que só toma forma mediante a troca, pressupõe a alienação dos produtores. Se o trabalho perdeu seu caráter imediatamente social e só se torna social mediadamente, pela intermediação das coisas no mercado, é só quando o trabalhador se vê alienado do produto de seu próprio trabalho que o trabalho reencontra sua dimensão social. Mas, o que é fundamental, é que este resgate da dimensão social do trabalho, que se efetiva mediante a troca, pressupõe a equalização dos vários tipos de trabalho. Para que a troca possa se realizar é necessário que o próprio trabalho objetivado na mercadoria se dispa de sua concretude de uso, em outros termos, é necessário que os vá-

rios tipos de trabalho se contraponham no mercado meramente como criadores de poder de compra, como valores, pois (Marx, 1988).

Assim, o trabalho privado adquire de fato duplo caráter social. Enquanto trabalho privado ele tem de satisfazer determinadas necessidades sociais e, portanto, se afirmar como trabalho útil, concreto. Porém, para que possa satisfazer as necessidades de seu possuidor deve poder ser intercambiável no mercado e, para tanto, deve igualar-se aos demais trabalhos. Para que esta igualação dos diferentes trabalhos seja possível, o trabalho deve se despir de sua concretude, abstrair de sua desigualdade e se confrontar mediante o caráter comum que possuem, qual seja, enquanto puro dispêndio de energia humana, trabalho abstrato, pois (Marx, 1988).

Dessa forma, somente enquanto trabalho abstrato, produtor de valor cristalizado na mercadoria, é que se efetiva a troca no mercado entre os vários tipos de trabalho. O trabalho concreto propriamente dito nada mais é que uma pré-condição para que as mercadorias possuam valor de troca, mas é só na própria troca que se pode determinar se a mercadoria é útil para alguém. “Isto significa que na sociedade baseada na relação de troca não existe uma relação de igualdade entre as duas determinações da mercadoria, valor de uso e valor de troca, e que é o valor de troca que sanciona todo o processo: do ponto de vista da sociedade, em suma, é o valor de troca que, em virtude do seu caráter constitutivo, subordina a si o valor de uso e o justifica” (Napoleoni, 1977:62).

Adicionalmente, por fim, a dualidade contraditória entre valor de uso e valor de troca deve-se resolver na forma dinheiro. No próprio processo de troca vai se afirmando uma mercadoria que passa a funcionar como equivalente geral, dada sua aceitação social como intermediadora das trocas. Esta mercadoria, o dinheiro, cujo valor de uso consiste em ser a materialização do valor de troca, é a princípio mero intermediador de valores de uso (M-D-M), não domina a troca. É só a partir do momento em que o dinheiro se converte em capital que ele passa a dominar a circulação e se impõe como poder social (Marx, 1988).

Numa sociedade mercantil, em que a própria existência da troca já priva os produtores do caráter social de seu próprio trabalho, o produtor deve ser separado de seu próprio trabalho, o que se realiza sob o capitalismo. À medida em que o dinheiro se converte necessariamente em capital, se conclui aquela separação que já está implícita na separação dos indivíduos do caráter concreto, imediatamente social de seus trabalhos: o trabalhador é separado das condições objetivas do trabalho (meios de produção e instrumentos de trabalho) e, por consequência do próprio trabalho (Napoleoni, 1977).

Separada das condições objetivas do trabalho, a própria força de trabalho se converte em mercadoria, mercadoria peculiar cujo valor de uso consiste em ser o elemento criador do valor. É exatamente essa peculiaridade da mercadoria força de trabalho, de ser substância do valor, que possibilita a seu comprador extrair dela um excedente de valor ou mais-valia (Marx, 1988).

Com a transformação do dinheiro em capital e da força de trabalho em mercadoria completa-se aquela alienação já implícita nas categorias troca e dinheiro, e trabalho e capital passam, daqui por diante, a se contraporem. A sociedade mercantil, e o capitalismo como sua feição acabada, assim, estão assentados no valor e na troca, não como elementos naturais, mas como relações de produção que, embora criadas pelo homem, acabam por dominá-lo, ao mesmo tempo em que esta dominação aparece como “natural”. O fim da alienação para Marx só será alcançada quando o advento do socialismo colocar fim a sociedade mercantil.

2- MERCADO E CAPITALISMO MADURO

Esta é a forma pela qual o mercado é tratado nas duas principais correntes de Economia Política: a clássica/neoclássica e a marxista. A questão que se impõe diante das modificações por que passou o capita-

lismo é em que medida estas duas posições radicalmente distintas ainda hoje podem ser aceitáveis.

Começemos alinhando rapidamente as mudanças estruturais porque passa o capitalismo a partir do final do século passado, ou seja, a partir da Segunda Revolução Industrial, que marca a plena constituição do capitalismo. A partir da Segunda Revolução Industrial, altera-se a forma de concorrência inter-empresas predominante até então. Como consequência do processo de centralização e concentração do capital, vão emergindo unidades produtivas cada vez maiores que sozinhas, ou em pequenos grupos, dominam os vários mercados de oferta. Ao mesmo tempo que, em razão da concentração relativa da produção e das vendas e da complexificação da tecnologia utilizada, aumenta a dimensão das plantas industriais, aumenta também o requisito de capital necessário a um novo empreendimento, o que aliado a questão da obtenção de tecnologia, constitui barreira a entrada de novos competidores no mercado (Labini, 1988). O que isso significa, para a questão do mercado, é que a grande dimensão das empresas torna sua subordinação ao mercado algo insuportável e, por outro lado, seu tamanho possibilita-lhe subordinar o mercado a si.

As grandes empresas podem suplantam o mercado não apenas porque sua posição de oligopólio lhes permite fixar os preços de venda ou porque sua condição de oligopsônio lhes permite fixar os preços de compra, mas também porque elas podem firmar contrato com seus fornecedores (ou fornecer a elas mesmas, através de integração vertical) e condicionar sua demanda através da publicidade (Galbraith, 1988).

O padrão tecnológico que emerge da Segunda Revolução Industrial condicionou duas características das grandes empresas modernas o planejamento e a organização. Os requisitos de matérias-primas, de partes e componentes altamente especializados, de mão-de-obra especializada (operários, técnicos, engenheiros, publicitários, administradores, etc.) e o lapso de tempo e os gastos necessários para que novos produtos

possam ser ofertados, obrigam as empresas a planejarem. Qualquer erro nos vários níveis de planejamento pode resultar em enormes prejuízos financeiros às empresas. De forma semelhante, a tecnologia exige a organização dos trabalhos dos inúmeros especialistas. Na medida portanto em que se complexifica a gestão das empresas e o processo produtivo, vai emergindo uma tecnoestrutura (uma burocracia nos termos de Weber) que passa a ter o controle sobre o processo produtivo (Labini, 1988).

A necessidade de racionalização na administração impõe-se também sobre o Estado, onde também uma burocracia pública toma o poder. Seja porque, uma vez plenamente constituído o capitalismo, a produção se desenvolve na forma de ciclos econômicos e que portanto as flutuações causam prejuízos enormes às empresas – devido à inflexibilidade do investimento, dos altos custos envolvidos e do grande lapso de tempo necessário entre o início e o fim do processo produtivo – e aos países, seja porque a burocracia pública e privada se entrelaçam, seja, por fim, porque as contradições do desenvolvimento capitalista deram ensejo a movimentos organizados, o Estado passou a intervir na economia afim de evitar flutuações bruscas na produção e no emprego e a fim de praticar políticas sociais compensatórias (Labini, 1988). A intervenção do Estado, embora com inúmeras gradações, se tornou lugar comum depois da Grande Crise de 1929/33 e após a publicação da “Teoria Geral” de Keynes em 1936 (Keynes, 1973). A partir do momento, portanto, que o Estado substitui algumas funções antes desempenhadas pelo mercado, as crises econômicas são modificadas, retardadas e/ou absorvidas. No entanto, a intervenção do Estado está submetida a restrição de não por em perigo o nível de investimento privado, responsável pela dinâmica capitalista, o que implica que a intervenção tem a forma de simples compensações dos efeitos colaterais do mercado. Portanto, aliado as duas dimensões centrais que a intervenção estatal tinha no capitalismo liberal – a saber: assegurar, através de mecanismos militares e jurídicos-institucionais, a existência da produção capitalista e prover a infraestrutura

ra necessária ao funcionamento da produção capitalista – ela agora também visa estabilizar as flutuações cíclicas e manter a demanda agregada necessária à realização da produção (Habermas, 1988).

Aliado às duas modificações estruturais porque passa o capitalismo a partir do final do século XIX – a saber, a crescente intervenção do Estado na economia, com o objetivo de garantir a estabilidade do sistema, e a oligopolização dos principais mercados –, verifica-se uma crescente interdependência entre pesquisa e tecnologia aplicada ao processo produtivo, que tornou as ciências a principal força produtiva do capitalismo e, a partir do pós-guerra, deslocou o trabalho de sua posição central no processo produtivo (Silva, 1995).

Em que medida tais modificações estruturais do capitalismo, a Crise de 29/33 e os experimentos socialistas nos proporcionam elementos para reavaliar a concepção clássica/neoclássica e a marxista do papel do mercado sob o capitalismo? Começemos pela concepção de Smith. A emergência de estruturas de mercados oligopólicas, onde as empresas tem poder de controlar os preços e de condicionar a demanda e onde existem barreiras a entrada de novos produtores, viola os pressupostos da livre concorrência implícitos na teoria de Smith e dos neoclássicos. Na verdade, mesmo naqueles setores onde ainda o oligopólio não predomina, como é o caso de alguns mercados agrícolas, a concorrência não é livre, dado que há a presença de oligopsônios e do Estado a controlar a produção e os preços de venda. Ademais, a análise de Marx, através da teoria do valor trabalho, destruiu a aparência de liberdade subjacente ao livre contrato de trabalho (Habermas, 1983) e tornou explícito o caráter não natural da sociedade mercantil, assentada sobre o trabalho abstrato.

Embora desde a Segunda Revolução Industrial o crescimento do capitalismo se revelasse cíclico, foi apenas a partir da crise de 1929/33, que a “lei de Say” foi abandonada como principal dogma da economia política e que se torna clara a necessidade do Estado intervir na econo-

mia afim de evitar as crises econômicas. Foi também no bojo da crise de 1929 que vem a tona os trabalhos de Keynes e Kalecki, ambos mostrando que não é a produção que determina os gastos, como está implícito na “lei de Say”, e sim o contrário (Keynes, 1973 e Kalecki, 1985). A partir de então, fica clara a flagrante incompatibilidade do liberalismo com o capitalismo plenamente desenvolvido e se torna clara a necessidade da intervenção do Estado na economia, seja para evitar as crises econômicas, seja para corrigir as distorções na distribuição da renda gerada pelo mecanismo de mercado.

Da mesma forma, as mudanças estruturais por que passa o capitalismo a partir do final do século passado e o experimento “socialista” nos proporcionam elementos para avaliar a contribuição de Marx. O mercado até o capitalismo liberal não apunha apenas a função de integração social, mas também de legitimação da dominação de classe através da ideologia da troca justa (Habermas, 1994). A partir do momento em que o Estado é obrigado a intervir na economia para evitar disfunções, a dominação passa a ser imediatamente política e a própria política deixa de ser um fenômeno da superestrutura: “Se a sociedade não mais continua a se auto-regular ‘de maneira autônoma’ como uma esfera subjacente ao Estado e por ele pressuposta – e essa era a verdadeira novidade do modo capitalista de produção –, a sociedade e o Estado não estão mais numa relação que a teoria marxista determinou como relação entre a base e a superestrutura. Mas, então, uma teoria crítica da sociedade também não pode mais ser formulada exclusivamente em termos da crítica da economia política” (Habermas, 1983: 318).

O fato da ciência se transformar em técnica e do trabalho vivo ter sido deslocado de sua posição central no processo produtivo, não só levantam dúvidas quanto a plena aplicabilidade da teoria do valor trabalho ao capitalismo plenamente desenvolvido, como também levantam dúvidas quanto a possibilidade do trabalho se tornar novamente imediatamente social com a advento do socialismo.

Como a experiência soviética mostrou, não é possível numa economia complexa abstrair do papel do mercado: é só através do vínculo que este estabelece que o trabalho abstrato pode adquirir validação social. A troca é a fase determinante do processo de produção social, na medida em que é só através dela que o trabalho privado poderá ou não se transformar em valor: só tem valor o trabalho aplicado em mercadorias úteis. A utilidade ou valor de uso, porém, só se expressa no mercado através da demanda. Ao se remover o mercado e o vínculo, mesmo imperfeito, que este estabelece entre esforço e necessidade, o resultado é a escassez ou a superprodução, porque através do planejamento é impossível auferir corretamente a estrutura da demanda social, em outros termos, a concorrência e a demanda co-determinam os valores (Nove, 1989).

Mas se o mercado e alguma forma de dinheiro são indispensáveis, como auxiliares ao plano, para o bom funcionamento de uma economia socialista torna-se impossível um resgate do caráter imediatamente social do trabalho, como pensava Marx. A suposição de Marx de que o planejamento poderia substituir o mercado se apoia numa separação artificial entre valor de uso e valor e na crença de que a abundância, tornada absoluta sob o socialismo, permitiria o fim dos custos de oportunidade e, conseqüentemente, a eliminação do conflito sobre a alocação dos recursos escassos: “A abundância elimina o conflito sobre a alocação de recursos, já que, por definição, existe o suficiente para todos e, assim, não existem escolhas mutuamente exclusivas, nenhuma oportunidade deixa de ser aproveitada e, portanto, não há custos de oportunidade. A idade de ouro, um equilíbrio estável comunista, teria sido alcançada. Mudanças graduais, crescimento, serão simples e sem dor. A tarefa da planificação torna-se simples rotina; o papel da economia é virtualmente eliminado” (Nove, 1989: 34).

3. CONCLUSÃO

As lições que o século atual nos proporcionaram permitem concluir que a teoria clássica/neoclássica deve ser abandonada pois está em flagrante contradição com a realidade que tenciona explicar. Por outro lado, embora a posição de Marx represente um considerável avanço em relação aos clássicos, também ela precisa ser reavaliada para poder dar conta de explicar a atual fase do capitalismo e isso por várias razões.

Em primeiro lugar porque o desenvolvimento das forças produtivas perdeu qualquer possibilidade de se transformar em um potencial auto-emancipatório, porque esta enquanto determinado em grau crescente pelos desenvolvimentos da ciência se consubstanciam em técnicas produtivas que legitimam o próprio sistema de dominação (Habermas, 1983). Este sistema de dominação, porém, é cada vez menos um sistema de dominação de classes imediatamente derivado da posse ou não dos meios de produção, mas um sistema de dominação de tipo legal-burocrático onde o conhecimento técnico/científico é o elemento determinante da divisão de classes. Esse processo, porém, de alteração do sistema de dominação vigente no capitalismo concorrencial não levou a uma expropriação da classe capitalista, como pensava Schumpeter, (Schumpeter, 1984) e sim a uma complexificação e a uma redefinição da estrutura da classe capitalista (Wright Mills, 1981).

Segundo, porque o mercado, ao contrário do que pensava Marx, co-determina os próprios valores, na medida em que a demanda, que expressa a nível agregado a preferência dos consumidores e, portanto, os próprios valores de uso sem os quais o valor de troca não pode existir, sinaliza aos produtores o que e quanto produzir. Na ausência deste mecanismo imperfeito, porém insubstituível pelo planejamento puro, a superprodução ou a escassez não podem ser evitadas.

ABSTRACT: This article purpose as been re-dicussed, since experiences wich the twentieth century has been provided us, the two main theories concerning the market role into the capitalism. What it has been deducing about it is that facing to the changes by which the capitalism has benn passing through from the end of the last century and, also, since planning skill whitin the “socialist” economies, it has been required a re-discussing as the marxist as neoclassical theories facing to the market role issue.

KEYWORDS: Market; capitalism; planning, state intercession.

BIBLIOGRAFIA

- BLACKBURN, Robin, “O Socialismo Após o Colapso”, in Blackburn, Robin, org., *Depois da Queda*, 2ª ed., SP, Paz e Terra, 1993.
- GALBRAITH, John Kenneth, *O Novo Estado Industrial*, 3ª ed., SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas.
- GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro, “Mercado: Uma Reavaliação Crítica”, in Revista Impulso, Volume 6, Número 13, Piracicaba, Editora UNIMEP, 1993.
- HABERMAS, Jürgen, “Técnica e Ciência Enquanto ‘Ideologia’”, in *Benjamin, Habermas, Hokheimer e Adorno*, SP, Abril Cultural, 1983, col. Os Pensadores.
- _____. *Teoria de la Acción Comunicativa*, Madrid, Taurus, 1988
- _____. *A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio*, 2ª ed., RJ, Tempo Brasileiro, 1994.
- KALECKI, Michal, “Por que a Economia Ainda Não é Uma Ciência Exata”, in Miglioli, J., org., *Kalecki*, SP, Ática, 1980, col. Grandes Cientistas Sociais, número 16.
- _____. *Teoria da Dinâmica Econômica*, 2ª ed., SP, Nova Cultural, 1985, col. Os Economistas.
- KEYNES, John Maynard, *The General Theory of Employment, Interest e Money*, 2ª ed., Londres, Mcmillan, 1973.

- LABINI, Paolo Sylos, *Oligopólio e Progresso Técnico*, 3ª ed., SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas.
- MARX, Karl, *O Capital*, 3ª ed., SP, Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas.
- MIGLIOLI, Jorge, *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*, 1ª ed. SP, T. A. Queiroz, 1981.
- NAPOLEONI, Cláudio, *O Valor na Ciência Econômica*, Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1977.
- _____. *Smith, Ricardo e Marx*, 4ª ed., RJ, Graal, 1985.
- NOVE, Alec, *A Economia do Socialismo Possível*, SP, Ática, 1989.
- POSSAS, Mario Luiz, *Dinâmica da Economia Capitalista: uma abordagem teórica*, SP, Brasiliense, 1987.
- RICARDO, David, *Principles of Political Economy and Taxation*, Cambridge Univ. Press, 1951.
- SAY, Jean Baptiste, *Tratado de Economia Política*, 2ª ed., SP, Nova Cultural, 1986, col. Os Economistas.
- SILVA, Josué Pereira da, "A Crise da Sociedade do Trabalho em Debate", in *Revista Lua Nova*, número 35, 1995.
- SMITH, Adam, *Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, 3ª ed., SP Nova Cultural, 1988, col. Os Economistas.
- _____. "Do Baixo Valor das Mercadorias, Isto é , da Abundância", Fragmento das Conferências de Glasgow, in Napoleoni, Cláudio, *Smith, Ricardo e Marx*, 4ª ed., RJ, Graal, 1985.
- SCHUMPETER, Joseph Alois, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, RJ, Zahar, 1984.
- WRIGHT MILLS, C., *A Elite do Poder*, 4ª ed., RJ, Zahar, 1981.